

PROGESTÃO

Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas

III Seminário de Avaliação

RIO GRANDE DO SUL



3 e 4 de maio de 2018



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE





VISÃO GERAL DO PROGRAMA

NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



VISÃO GERAL DO PROGRAMA

- A realização das oficinas de planejamento e acompanhamento coordenadas pela ANA auxiliam no cumprimento de metas pelo estado? Alguma sugestão para aperfeiçoar este procedimento?

Sim, auxiliam.

Sugestão: verificar a possibilidade de ampliar a quantidade das oficinas para acompanhamento intermediário (meta-avaliação) do Progestão.

- E quanto aos procedimentos administrativos adotados para a certificação das metas (Informes Progestão, e-mails, reuniões)? São suficientes e adequados? Alguma sugestão?

Sim, os mecanismos atuais são suficientes e adequados para o objetivo proposto. A princípio não temos sugestões.



VISÃO GERAL DO PROGRAMA

- O quadro de pessoal no seu estado é adequado para fazer frente aos desafios colocados para a consecução das metas do Programa? Há previsão de alguma alteração nesta situação?

Sim, é adequado, mas pela introdução de sistemas informatizados que permitem uma maior eficácia, como o SIOUT e o PROA. A previsão de alteração se refere às possibilidades de ampliação do quadro, seja por acordos de cooperação técnica, contratações ou chamamento de mais concursados.

- E quanto à estrutura física para funcionamento da entidade estadual? É considerada adequada? Alguma previsão ou planejamento para sua melhoria?

Sim, a estrutura física atual. Houve a ampliação recente da Sala de Situação.



VISÃO GERAL DO PROGRAMA

- No seu estado, os recursos financeiros aportados pelo Programa impactam significativamente em relação ao orçamento para a gestão de recursos hídricos estadual?

Sim, impactam, principalmente pelo tratamento diferenciado em relação aos recursos orçamentários e extra orçamentários estaduais.

- Quais os desafios para a aplicação dos recursos do Progestão no estado?

Inicialmente, no RS, tivemos problemas com a delimitação do instrumento legal em virtude da inovação do Programa e o reconhecimento deste perante o órgão de controle interno (CAGE), o que só foi equacionado quase um ano depois da assinatura do contrato. Atualmente os desafios nesse contexto se referem ao fluxo da aplicação das normas legais, tais como da Secretaria da Fazenda, durante a execução de orçamento e de despesa.



VISÃO GERAL DO PROGRAMA

- O envolvimento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos na aprovação das metas estaduais tem sido satisfatório? Há avanços necessários neste aspecto? Alguma sugestão?

Sim, é satisfatório! Nos dois últimos anos o CRH vem ampliando seu papel nesse contexto através de solicitações sobre o desenvolvimento do programa.

- Os recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos se somam ao do Progestão e a outros para garantir a sustentabilidade financeira da gestão estadual de recursos hídricos?

Sim. Os recursos do FRH liberados em 2017 foram da ordem de 14 milhões de reais, utilizados para a Sala de Situação, desenvolvimento de sistemas de informação e gestão, planos de bacia, articulação dos sistemas de recursos hídricos e ambientais, processos eleitorais e manutenção dos Comitês. Os recursos do Progestão foram mais utilizados para operacionalidade do Sistema.



VISÃO GERAL DO PROGRAMA

- Apresentar opinião geral sobre o Progestão que considerar pertinente.
 - ✓ É necessária uma evolução conceitual do Programa, inclusive porque há dificuldade de entendimento sobre a sua lógica, o que exigiu uma análise jurídica diferenciada em 2013.
 - ✓ O poder indutor dele é limitado do ponto de vista geral, pois depende de outras condicionantes.
 - ✓ Pode ser um instrumento de estímulo para enfrentamento ao isolamento do Sistema Estadual de Recursos Hídricos nas estruturas usuais de Governo.



METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA



METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

Dentre as metas de cooperação federativa (CNARH; Água Subterrânea; Conjuntura; Transmissão dos Dados; Sala de Situação – produção de boletins e Segurança de Barragens) elencar, em **ordem decrescente** de intensidade, aquelas consideradas de **maior desafio** para alcance no seu estado, bem como as formas previstas para superação.

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA	PRINCIPAIS DESAFIOS LIGADOS ÀS METAS	FORMAS DE SUPERAÇÃO
1 – CNARH	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Instabilidade do próprio cadastro, que já teve mais de uma versão. ✓ Contrato da UFLA começou em 2015. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Implementação do SIOUT com exportação de dados no formato exigido; ✓ Implantação de Câmaras Técnicas específicas para a outorga no CRH.
2 – Segurança de Barragens	Número de barragens no Estado.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cadastro no SIOUT e ✓ Mobilização com os Comitês.
3 – Águas Subterrâneas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Falta de cadastros eletrônicos. ✓ Elevado número de poços irregulares no Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cadastro no SIOUT; e ✓ Plano Estadual de Regularização de Poços.
4 – Transmissão de Dados	A SEMA recebeu 38 estações automáticas. Hoje, monitora 392 estações próprias e de entidades parceiras, com portal de monitoramento da transmissão dos dados.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Montagem de um portal e de um sistema de cobrança da manutenção das estações das entidades outorgadas; ✓ Equipe de manutenção da rede própria ativa e com equipamentos.
5 – Sala de Situação	Manutenção do Contrato 7 x 24.	Contratação por 60 meses realizada em fevereiro de 2018.
6 – Conjuntura	Sem desafios importantes.	Sistemas eletrônicos atuantes.



METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

- Os critérios para certificação das metas de cooperação federativa estabelecidos no Contrato e realçados nos Informes são considerados objetivos e adequados?

Os critérios necessitam revisão conceitual e uma avaliação do que estão medindo em relação ao sucesso do Programa.

- Justifique.

Por vezes, os critérios adotados não conseguem mensurar os avanços do Órgão Gestor. Também alinham múltiplos esforços ao Programa, como se todas as ações realizadas dependessem do mesmo. Por exemplo, a Sala de Situação e o Sistema de Outorga apresentaram avanços por decisão do Órgão Gestor, independente das metas.



METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

- O cumprimento das metas de cooperação federativa contribuiu para a melhoria da gestão dos recursos hídricos no estado? Por quê?

As metas são utilizadas como elementos de orientação e consolidação para a gestão, especialmente para o atendimento da Política Nacional e decisões do CNRH, mas os prazos acertados não são alinhados com o Plano de Governo.

- Quais foram os principais avanços no alcance destas metas no estado? Exemplifique.

Merece destaque a Política de Segurança de Barragens, que foi tratada tanto no SIOUT, como na regulamentação do tema pelo CRH. A Sala de Situação também foi um elemento importante para o reposicionamento da SEMA no cenário institucional.



METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

- Qual a importância de compartilhar informações de recursos hídricos estaduais com a ANA para o fortalecimento do SINGREH?

Não vemos a devolução efetiva das informações no contexto nacional. Não há o entendimento da realidade estadual, sendo que a própria ANA apresentou na COP 23 o estado em situação crítica dos recursos hídricos, o que não representa a realidade. Também o RS distorce o cenário dos reservatórios no Brasil quanto à Segurança de Barragens, sem que isso mereça uma avaliação específica do fenômeno.



METAS ESTADUAIS



METAS ESTADUAIS

Dentre os blocos das metas estaduais (Legais, institucionais e de articulação social; Planejamento; Informação e suporte e Operacionais) elencar, em **ordem decrescente** de intensidade, aquelas consideradas de **maior desafio** para alcance no seu estado, bem como as formas previstas para superação.

METAS ESTADUAIS	PRINCIPAIS DESAFIOS LIGADOS ÀS METAS	FORMAS DE SUPERAÇÃO
1.7 - Agência de Água e Entidades Delegatárias	Restrição imposta pela Lei 10.350/94 e ambiente político de negociação.	Assunção de responsabilidades pela Administração Pública Direta e atribuição da gestão financeira a órgão da Administração Pública Indireta.
1.9 – Capacitação Setorial	Falta de organização formal de capacitação.	Capacitação de técnicos para organizar esse planejamento.
3.6 – Pesquisa, desenvolvimento e inovação	Falta de articulação institucional para indução.	Apresentação de projetos ao CRH e utilização de recursos do Progestão para projetos especiais.
4.3 – Cobrança	Restrição imposta pela Lei 10.350/94 e ambiente político de negociação.	Contrato com o BADESUL (Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul) para estruturar a cobrança.
4.4 – Sustentabilidade financeira do Sistema de Gestão	Muito vinculada ao FRH.	Implantar a cobrança pelo uso de água pelos processos administrativos, sendo esta implantada em 2018.
1.8 – Comunicação social e difusão	Falta de conhecimento profundo sobre a PNRH.	Discussão com os Comitês sobre os recursos dos Procomitês para ações integradas de comunicação, difusão e capacitação.



METAS ESTADUAIS

- Os membros do CERH são suficientemente esclarecidos sobre os procedimentos do Programa, incluindo seu papel na certificação das metas estaduais?

Sim, no âmbito do RS o Programa já foi levado para a Câmara Técnica do Fundo de Recursos Hídricos e para o Fórum Gaúcho dos Comitês (7 Comitês de Bacia fazem parte da composição do CRH) e a Secretaria Executiva do CRH divulgou o site institucional do Progestão junto aos conselheiros.

- Quais procedimentos o estado vem adotando para que o CERH tenha acesso a informações gerais sobre o Programa?

Divulgação via Secretaria Executiva do CRH do Programa (site institucional da ANA), órgão gestor participando de reuniões, tais como do Fórum Gaúcho dos Comitês e inserindo nas pautas de outras Câmaras Técnicas, tais como a do Fundo de Recursos Hídricos.

- Estes procedimentos vêm se mostrando adequados? Justifique.

Sim, pois o envolvimento do CRH vem se ampliando. Essa interpretação se dá em função da demanda por informações sobre o programa.



METAS ESTADUAIS

- O cumprimento das metas estaduais contribuiu para a melhoria da gestão dos recursos hídricos no estado? Por quê?

As Metas II.3 foram utilizadas no planejamento do SIOUT e as II.4 na implantação da Política Estadual de Gestão de Risco de Desastres – Sala de Situação. Os outros dois grupos são orientativos para a consolidação da PERH.

- Quais foram os principais avanços no alcance destas metas no estado? Exemplifique.

O monitoramento hidroclimatológico do Estado evoluiu muito com a Sala de Situação. O SIOUT apresenta um Balanço Hídrico detalhado da maior parte do território, a cartografia foi atualizada em uma base 1:25.000, estão sendo executados 6 Planos de Bacia e o CRH tem editado Resoluções que colaboram efetivamente para a Gestão dos Recursos Hídricos.



CONTRIBUIÇÕES PARA O PROGRAMA



CONTRIBUIÇÕES PARA O PROGRAMA

- Seu estado tem alguma proposta ou sugestão para a melhoria do Progestão?
 - ✓ Melhorar a delimitação conceitual, que gera conflitos e dificuldades de avaliação do alcance das metas.
 - ✓ Seria válida uma customização das metas por Estado, não apenas pela tipologia.
 - ✓ Revisão do conceito de tipologia.



CONTRIBUIÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL



CONTRIBUIÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL

- Houve contribuição do Progestão para o fortalecimento do Conselho Estadual? De que forma?

Sim, através do enriquecimento de pautas, da articulação entre os sistemas estadual e nacional com a integração dos instrumentos de gestão, etc..

- Na opinião do Conselho Estadual, o Progestão contribuiu para o fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos? De que forma?

Sim, ampliando a visibilidade sobre a emergência da articulação regional/nacional dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, no sentido de harmonizar distintos contextos (institucional, jurídico, econômico e social) que impactam a implantação dos instrumentos de gestão para a efetivação da política nacional recursos hídricos.

- Outros aspectos considerados pertinentes!